


JOÃO MULUNGU, “O MAIS AUDAZ, O CHEFE DOS ESCRAVOS FUGIDOS” DE SERGIPE DEL REY*

Igor Fonsêca Oliveira  

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

No início da década de 1870, João Mulungu passou a ser um dos principais alvos das operações e marchas então arquitetadas pela Secretaria de Polícia de Sergipe, principalmente daquelas que estavam sendo lançadas contra os quilombos dispostos nas matas do Vale do Cotinguiba.¹ Não obstante as notícias darem conta de que ele costumava se esconder mais nas imediações das Vilas de Rosário do Catete e Divina Pastora, o quilombola João Mulungu seria perseguido em outros municípios, até mesmo nos situados um pouco mais distantes dessa região.

Toda essa caçada contra a sua pessoa era motivada pelas denúncias que apontavam ser ele o principal responsável não apenas pela direção dos quilombolas instalados nas matas do Vale do Cotinguiba, mas ainda pelos assaltos e roubos que estavam sendo perpetrados na região. Os estudos sobre João Mulungu não são recentes. Há menções a respeito dele em importantes obras sobre a escravidão e a resistência negra no Brasil, por exemplo,

* Este artigo consiste em uma versão adaptada e atualizada de um dos capítulos do meu estudo de doutoramento: Igor Fonsêca Oliveira, “‘Por não querer servir ao seu senhor’: os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015 .

1 Na documentação primária produzida pelas autoridades no âmbito da Secretaria de Polícia de Sergipe, a palavra “quilombo” aparece no sentido de indicar a prática de resistência desenvolvida a partir da reunião de escravos fugidos no interior das matas. Em não raras ocasiões, pode-se perceber que “quilombo” será ainda usado no sentido de indicar o lugar onde os mocambos ou os ranchos estavam erguidos, palavras essas que, por sua vez, seriam usadas para indicar as estruturas rústicas – construídas a partir de palhas e de outros elementos naturais encontrados no interior das matas – usadas como abrigo pelos quilombolas. Neste estudo, procuro preservar o entendimento presente na documentação primária, não obstante me encontrar ciente de que alguns pesquisadores de Sergipe procuraram em seus estudos questionar o emprego de parte desses conceitos.

as desenvolvidas por Robert Conrad, Clóvis Moura e José Alípio Goulart.² Levando em consideração o que esses autores apontaram, alguns pesquisadores da escravidão negra em Sergipe, como Ariosvaldo Figueiredo, Lourival Santos, Maria Nely Santos e Sharyse Piroupo do Amaral, se debruçaram na documentação produzida a respeito de João Mulungu, procurando, sobretudo, compreender o impacto das suas ações em um momento em que as relações escravistas estavam entrando em colapso.³

Todos esses estudos, entre outros que poderiam ser aqui mencionados, contribuíram sobremaneira para que pudéssemos saber mais não apenas sobre esse personagem, mas ainda sobre a resistência escrava desenvolvida a partir dos quilombos em Sergipe Del Rey do século XIX. Há, em certa medida, uma preocupação em parte desses estudos em discutir os ideais anteriormente salientados por Clóvis Moura e pelos membros da Escola Sociológica Paulista, motivo pelo qual eles parecem concordar com a concepção de que os quilombolas de Sergipe não possuíam qualquer consciência política dos seus atos; estavam apenas reagindo ao sistema opressor ao qual estavam outrora submetidos no cativeiro, razão pela qual suas ações se mostrariam incapazes de corroer e abalar o sistema e as relações escravistas.⁴

2 Clóvis Moura, *Rebeliões na senzala: quilombos ressurreições guerrilhas*, 3ª ed., São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981; José Alípio Goulart, *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil*, Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972; Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

3 Ariosvaldo Figueiredo, *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*, Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977; Lourival Santana Santos, “Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 31 (1992), pp. 31-43 ☞; Maria Nely Santos, *A sociedade libertadora “Cabana do Pai Thomaz”*. Francisco José Alves, *uma história de vida e outras histórias*, Aracaju: J Andrade, 1997; Sharyse Piroupo do Amaral, *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1888)*, Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

4 Na Historiografia da escravidão negra em Sergipe, a resistência escrava desenvolvida a partir dos quilombos acabou sendo o assunto que mais recebeu atenção dos pesquisadores. Nota-se, em muitas ocasiões, que esse assunto seria revisitado com o intuito de repudiar o ideal de benignidade das relações escravistas em Sergipe, a qual ganhara ainda mais notoriedade regionalmente com os estudos desenvolvidos pelo antropólogo Felte Bezerra. Ou seja, os quilombos aparecem nesses estudos não apenas como um movimento de contestação ao escravismo, mas também como uma

Mesmo essas pesquisas não propondo uma particularização do movimento quilombola, o destaque dado ao nome e aos atos praticados por João Mulungu contribuiu para alimentar o sentimento de que ele era o principal representante da resistência escrava em Sergipe. Enquanto Ariosvaldo Figueiredo o descreveu como “um dos [principais] líderes da revolta negra contra a violência branca, escravista”, o pesquisador Amâncio Cardoso indicou que ele era o mais “célebre quilombola” da História de Sergipe. Todavia, coube a Severo D’Acelino, enquanto principal nome do Movimento Negro sergipano, registrar e consolidar o ideal de que João Mulungu era “o mais importante defensor da causa negra” contra a escravidão: o “herói negro” de Sergipe.⁵ Mais recentemente, uma importante enciclopédia incluiu o nome desse quilombola entre algumas personalidades negras do Brasil.⁶

Neste artigo, instigado por estas e outras discussões, procuro ampliar o que se sabe a respeito de João Mulungu. Foi possível, a partir

demonstração de que em Sergipe as relações entre senhores e escravos eram marcadas sim pela violência. Há, nesse sentido, uma assimilação muito notória dos ideais desenvolvidos, pioneiramente, por Clóvis a respeito dos quilombos, principalmente em relação ao *modus operandi* e às estratégias impetradas pelos quilombolas sergipanos para se esquivarem das investidas policiais. Todavia, de acordo com essas pesquisas, a ausência de ações mais coordenadas por parte desses escravos os impediram de elevar e ampliar as suas contestações para além das matas, o que atestaria, por outro lado, a incapacidade política deles.

- 5 Ariosvaldo Figueiredo, “Escravidão em Sergipe: índios, quilombos e desempregados” in Clóvis Moura (org.), *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* (Maceió: EDUFAL, 2001), p. 226; Amâncio Cardoso, “Escravidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 34 (2005), p. 69-82; Severo D’Acelino, *Panáfrica África Iya N’La*, Aracaju: Memória Afro, 2002, p. 161. Em “Outros Mulungus, outros mitos?”, artigo de autoria de Maria Nely Santos, pode-se encontrar a primeira demonstração de repúdio não apenas ao modo como alguns estudiosos estavam, de acordo com ela, particularizando o movimento quilombola de Sergipe, mas ainda a identificação de João Mulungu enquanto herói negro sergipano. Maria Nely Santos, “Outros Mulungus, outros mitos?”, *Revista Gbâlã*, n. 1 (1995), pp. 5-9. Em um dos seus estudos, Petrônio Domingues analisou as memórias e os discursos promovidos a respeito de João Mulungu, especialmente por membros do Movimento Negro de Sergipe ao longo das décadas de 1980 e 1990. Foi, no decorrer desses anos, como apontou o dito autor, que os mitos e o processo de construção de João Mulungu como um herói afro-brasileiro acabou se consolidando. Nesse sentido, ver: Petrônio Domingues, “João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro”, *História: Questões & Debates*, v. 63, n. 2 (2015), pp. 211-225-82.
- 6 Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz, *Enciclopédia negra*, São Paulo: Companhia das Letras, 2021, pp. 297-298.

do mapeamento de algumas experiências da sua vida que antecedem, até mesmo, ao momento da sua escapada, perceber e compreender melhor a dinâmica e o cotidiano das comunidades quilombolas que, no início da década de 1870, João Mulungu estaria a comandar pelas matas do Vale do Cotinguiba. Nesse sentido, quero indicar que, mesmo ele aparecendo como o principal personagem deste artigo, o que irá ser apresentado aqui preserva relação direta com as decisões, as atitudes e as estratégias adotadas por muitas outras pessoas – e não apenas quilombolas – que residiram ou mantiveram contato com ele durante o período em que permaneceu aquilombado pelos matos do Vale do Cotinguiba.

Não quero, com isso, contestar o seu protagonismo. Tão somente pretendo, mesmo que do ponto de vista de João Mulungu, demonstrar como esse e outros predicados atribuídos a ele estavam vinculados e, até mesmo, podiam ser dependentes das ações – ou omissões – de pessoas que, no cenário das matas ou para além delas, estariam ocupando papéis igualmente centrais. É a partir dessa perspectiva que se deve compreender a importância alcançada por João Mulungu. Lembremos que as comunidades quilombolas que ele estaria comandando não estavam posicionadas e nem mesmo se desenvolveram para além das margens ou dos muros da sociedade escravista. Pelo contrário! É da sua conexão com o mundo escravista, na cumplicidade e na cooperação de pessoas que residiam dentro e no entorno das matas que se deve entender e explicar a sua existência.⁷ Nesse sentido, no decorrer das páginas seguintes, procurarei apontar como essas alianças acabaram sendo importantes não apenas para João Mulungu, mas para muitos outros escravizados que, assim como ele, encontraram nos quilombos instalados nas matas do Vale do Cotinguiba uma oportunidade de melhorar as suas condições de vida.

7 Em estudo sobre o Quilombo de Malunguinho, da província de Pernambuco, Marcus Joaquim Maciel de Carvalho indicou que o Catucá era um dos quilombos do Brasil do século XIX em que detinha como elemento principal de reprodução e perpetuação a cumplicidade entre escravos de engenho, quilombolas e população livre e liberta que residia no seu entorno. Neste sentido, ver: Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, “O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco” in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), pp. 407-432.

João Mulungu e o Vale

Não se pode especificar em que ano o crioulo João Mulungu nasceu. Indícios apontam que ele nascera, muito provavelmente, na segunda metade da década de 1840, em Itabaiana, mais precisamente no Engenho Piedade. Também, não se pode indicar com precisão em que momento ele deixou essa propriedade para ir ao Engenho Mulungu, de onde derivaria seu sobrenome. Tudo indica, no entanto, que essa mudança ocorreu quando ele era ainda uma criança.

Em 1856, a cidade de Laranjeiras, onde estava disposto o Mulungu, concentrava, aproximadamente, 10% das propriedades açucareiras então existentes em Sergipe Del Rey.⁸ Muitos desses engenhos eram novos, pois datavam entre meados do século XVIII e o início do século XIX, momento em que se observou uma maior disseminação da cana de açúcar pela Zona da Mata sergipana, principalmente pelos municípios do Vale do Cotinguiba, o qual passaria a ser o principal cinturão agroeconômico e populacional de Sergipe Del Rey. Lá, em 1850, estariam concentrados, aproximadamente, 40% da população escravizada residente nessa província.⁹

Tal concentração não decorria, no entanto, do aumento no número de mão de obra escravizada e estrangeira em Sergipe, como ocorrera em outras províncias situadas ao norte do Império, por exemplo, Pernambuco e Bahia. Isso porque, as *plantations* de Sergipe nunca se mostraram dependentes do comércio transatlântico de escravizados. Trata-se de um ideal que vem sendo apresentado por estudiosos de Sergipe desde, ao menos, a década de 1980, mas que só recentemente, através da pesquisa coordenada por Carlos Malaquias, conseguiu-se atestar de modo mais preciso.¹⁰ Os dados apresentados por esse pesquisador revelam que o processo de

8 Josué Modesto dos Passos Subrinho, *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe 1850/1930*, Aracaju: Funcaju, 2000, p. 58.

9 Subrinho, *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro*, pp. 76-77.


10 Luiz Mott, "População e economia: aspectos do problema da mão-de-obra escrava em Sergipe (Séculos 18 e 19)", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 28 (1979-1982), pp. 19-32.



crioulização da escravaria de Sergipe era muito precoce. Três em cada quatro escravizados que ali residiam na primeira metade do século XIX eram nascidos no Brasil. Isso, obviamente, contribuía não apenas para o equilíbrio sexual, mas ainda para a estabilidade da escravaria sergipana, a qual apresentava ainda um elevado número de núcleos parentais.¹¹


No caso do Vale do Cotinguiba, uma região com dimensões espaciais pequenas, mas que apresentava a maior concentração de escravizados de Sergipe, pode-se supor que o parentesco entre eles alcançava um raio espacial mais amplo, uma vez que podia se estender a ponto de alcançar duas ou mais propriedades açucareiras.

No entanto, se essa característica proporcionou, durante décadas, um crescimento mais natural e, até mesmo, uma maior estabilidade da escravaria de Sergipe, a partir da crise de mão de obra provocada pelas epidemias de *cholera morbus* dos anos de 1855 e 1856, a possibilidade da não mais permanência de alguns desses núcleos parentais no interior de uma mesma propriedade passaria ser cada vez maior, principalmente diante da necessidade de alguns senhores quitarem as dívidas outrora contraídas.¹²

Muitos escravizados que residiam em regiões economicamente menos importantes acabaram migrando compulsoriamente para os engenhos do Vale do Cotinguiba, onde o poder econômico dos proprietários, mesmo abalado, estaria a recrudescer o comércio intraprovincial de escravizados.¹³ Tudo indica

11 Carlos de Oliveira Malaquias e Isabel Leite Santos, “População e família escrava em Sergipe, primeira metade do século XIX”, *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 28 (2020), pp. 1-30 

12 Sobre o surto de cólera em Sergipe, ver: Amâncio Cardoso, “Uma geografia da morte: roteiro do cólera por Sergipe, 1855-1856”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 33 (2000-2002), pp. 209-236 . Segundo Maria da Glória, uma vez reduzida a capacidade de produção nos engenhos e diante da necessidade de cumprir com os compromissos assumidos preteritamente, muitos senhores residentes nas duas primeiras regiões acabaram sendo obrigados a negociar seus escravos com arrematadores do Vale do Cotinguiba, onde o cultivo da cana de açúcar se mostrava ainda em evidência. Ver: Maria da Glória Santana de Almeida, “Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 27 (1965-1978), p. 31 .

13 Josué Modesto dos Passos Subrinho, “Tráfico inter e intraprovincial no Nordeste açucareiro: Sergipe (1850-1887)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 31 (1992), pp. 45-69 .

que isso aconteceu com o principal núcleo parental de João Mulungu, o qual, até onde se sabe, era composto apenas por sua mãe (de nome Maria) e uma irmã. No caso, enquanto a irmã de João Mulungu permaneceu no Piedade, da Vila de Itabaiana, a mãe acabou sendo negociada com o dono do Engenho Quindongá, da Vila de Divina Pastora. Já, o destino do pequeno João seria, como dito antes, o Engenho Mulungu, da cidade de Laranjeiras.

Quanto a esse engenho, ele estava encravado dentro de uma importante região de Laranjeiras, mais precisamente na divisa entre os engenhos Comandaroba, Faleiro, Campo Grande e Jacu. Tinha dimensão reduzida e uma estrutura rudimentar. Lá, no ano de 1863, estariam residindo pouco mais do que vinte escravizados; muitos deles integrando, como era de se esperar, pequenos núcleos parentais. Entre os poucos que, aparentemente, não possuíam qualquer parentesco dentro dessa propriedade, estava o crioulo João Mulungu.¹⁴

Família e parentesco são assuntos, cada vez mais, recorrentes nos estudos sobre os quilombos, *palenques*, *cimarrones*, *cumbes* e *marrons* das Américas. Quando se analisa as principais discussões então desenvolvidas, percebe-se que elas seguem em duas direções, muito embora procurem ressaltar um mesmo aspecto: o modo como os núcleos parentais podiam contribuir para estabilidade e perpetuação desses redutos. Enquanto uma parte das pesquisas procura relacionar esses aspectos a existência de uma concentração maior de núcleos parentais no interior de uma mesma comunidade, principalmente quando se podia contabilizar um elevado número de crianças e casas ou mocambos espalhados pelo reduto; a outra parte – a qual este artigo procura seguir – relaciona a estabilidade de algumas comunidades à rede de apoio e proteção prestada aos escravos fugidos por parentes que residiam para além dos seus coitos, porém não muito distantes desses.¹⁵

14 Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGJES), Aracaju, Laranjeiras/C, 1º Of, Cível, Inventário, 212-A, *Inventário s/ testamento de Mariana Thereza de Jesus*, Aracaju, 1863, p. 10.

15 Richard Price, *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas*, 3ª ed., Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996; Manolo Florentino e Márcia Amantino, “Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX”,

Vejamos o caso de João. Um dos seus primeiros pousos após deixar o Engenho Mulungu seria as matas do Engenho Quindongá, onde estaria residindo a sua mãe. Mesmo partindo depois para as matas de outros engenhos, os contatos entre esse quilombola, sua mãe e outros parentes seriam constantes, a ponto de possibilitar não apenas a manutenção da condição de João Mulungu enquanto quilombola, mas também a perpetuação de parte dos quilombos em que ele estaria a se acoitar.

Mais sociabilidades, a maior rede de proteção

Tudo indica que João deixou os domínios do Engenho Mulungu no ano de 1868. Não coincidentemente, em um momento em que se podia perceber um aumento no número de quilombos em Sergipe. Espalhados pelas matas de diversas propriedades açucareiras, eles seriam acusados de incitar e promover a desordem pública e privada em muitos municípios do Vale do Cotinguiba, principalmente nas Vilas de Rosário do Catete e Divina Pastora.

Segundo Sharyse Piroupo do Amaral, as matas de, aproximadamente, trinta propriedades açucareiras dessa região passaram a ser usadas, em determinado momento da segunda metade do século XIX, como pousos de quilombolas.¹⁶ Todavia, não se pode dizer que existia um número equivalente de quilombos. Isso porque, parte dos ambientes indicados por essa autora eram, na verdade, ocupados por uma mesma comunidade quilombola, a qual se deslocava entre essas matas de acordo com os rumos das investidas militares e, por que não, mediante os seus próprios interesses. Tratava-se, como indiquei em outro estudo, de *comunidades volantes*, uma vez que elas eram capazes de deslocar e de se acoitar,

Manguinhos – História, Ciências, Saúde, v. 19 (2012), pp. 259-297 [↗](#); Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

16 Sharyse Piroupo do Amaral, *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1888)*, Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p. 182.

concomitantemente, em mais de um quilombo, mesmo quando esses estavam situados em matas de municípios mais distantes.¹⁷

Há décadas o poder de mobilidade das comunidades quilombolas vem atraindo a atenção de pesquisadores. Os primeiros a retratarem esse aspecto seriam os adeptos das interpretações materialistas, entre os quais Clóvis Moura aparece como um dos principais representantes. Na década de 1990, as discussões desenvolvidas por esses estudiosos são retomadas e ampliadas por diversos pesquisadores dos quilombos no Brasil, como se pode notar na importante coletânea *Liberdade por um fio*, organizada por João José Reis e Flávio Gomes, assim como em outros estudos publicados posteriormente.¹⁸

Por exemplo, a característica *itinerante* salientada por Suely Queiroz ao estudar os quilombos paulistas do século XIX preserva relação com as discussões que Flávio Gomes e Maria Helena P. Toledo Machado apresentaram ao ressaltar o dinamismo dos redutos quilombolas paulistas durante a década da abolição, não obstante eles optarem por empregar nesse momento o conceito de *quilombos* ou *comunidades volantes*.¹⁹ Nota-se, ainda, uma aproximação entre as características dos *quilombos itinerantes* e a conceituação de *quilombos dependentes*, desenvolvida por Marcia Amantino ao estudar os quilombos das Minas Gerais do século XVIII e do Rio de Janeiro do século XIX.²⁰

17 Oliveira, “‘Por não querer servir ao seu senhor’.

18 Reis e Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio*.

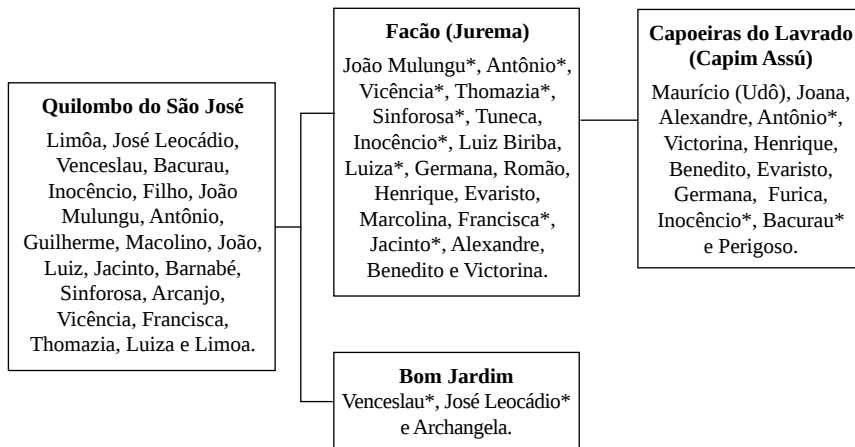
19 Um outro ponto de distinção seria que, de acordo com Suely Queiroz, o “itinerantismo” a que os escravos estavam submetidos os impedia de cultivar “tradições tribais” no interior dos quilombos. Suely Robles Reis de Queiroz, *Escravidão negra em São Paulo (Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX)*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; Flávio Gomes e Maria Helena Pereira Toledo Machado, “Atravessando a liberdade: deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro e São Paulo)” in Flávio Gomes e Petrônio Domingues, *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil* (São Paulo: Selo Negro Edições, 2014), pp. 69-96.

20 Marcia Amantino, *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*, São Paulo: Annablume, 2008, pp. 121-156.

Há um consenso entre os pesquisadores de que a mobilidade era uma estratégia de sobrevivência das comunidades quilombolas, até mesmo daquelas que desenvolviam uma espécie de economia mais dependente da sedentarização. Tenho, no entanto, a impressão de que uma melhor compreensão dessa estratégia passa, necessariamente, pela identificação dos destinos alcançados ou mais procurados pelos quilombolas durante esses deslocamentos.

No ano de 1871, diante dos constantes ataques contra as matas do Engenho São José, em Rosário do Catete, João Mulungu e outros quilombolas se viram obrigados a abandonar o quilombo que ali existia. Na diagramação abaixo, pode-se obter uma noção de como eles acabaram se comportando nesse momento de dispersão:

Figura 1
Quilombos alcançados pela comunidade quilombola volante liderada por João Mulungu



Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Aracaju, Ofícios Expedidos e Recebidos da Segurança Pública (SP¹), pacotilha 176, *Auto de perguntas feitas à escrava Limôa*, 9 nov. 1871; pacotilha 75. *Auto de perguntas aos escravos Roberto, Florinda e Felipe*, 10 mar. 1872. Com um asterisco [*] estão discriminados os escravos que outrora residiam no quilombo do São José.

Enquanto João Mulungu e outros oito quilombolas passaram a se acoitar no quilombo do Facão, situado nas matas do Engenho Jurema, os quilombolas Venceslau e José Leocádio migraram para as matas

do Engenho Bom Jardim. Tempos depois, parte dos quilombolas que estaria a residir no Jurema migraria para as Capoeiras do Lavrado, nas imediações do Engenho Capim Assú. Mesmo sem poder precisar se esses pousos eram ou não contemporâneos ao quilombo do São José, indícios apontam que a decisão de ir para eles estava relacionada à rede de proteção e ao apoio que os quilombolas recebiam de pessoas e escravizados que residiam nos seus entornos.

Isso porque, oitivas depois impetradas pela Secretaria de Polícia de Sergipe apurariam que não apenas um morador do Capim Assú abastecia os quilombolas com “porções de mandioca”, como ainda um senhor que morava no povoado Taboleiros, não muito distante do Capim Assú, costumava abrir as portas da sua residência para que eles pudessem “dormir abrigados” em “dias chuvosos”.²¹ Muito provavelmente a rede de apoio existente no Capim Assú alcançava os quilombolas arranchados nas matas do Jurema, uma vez que essas duas propriedades eram próximas.

Isso nos permite indicar que se o abandono do quilombo do São José era uma consequência das operações policiais em curso, a ida imediata dos quilombolas para os ranchos do Capim Assú e Jurema era uma medida consciente e prudente, ainda mais porque eles pareciam se relacionar amistosamente com os escravizados desses engenhos. No ano de 1872, o editor do *Jornal do Aracaju* publicou uma pequena nota a respeito de como os contatos rotineiros entre os escravizados das senzalas e os quilombolas estariam constrangendo as operações arquitetadas pela Secretaria de Polícia de Sergipe:

a experiência tem mostrado o grau de relação que entretém os quilombolas com os escravos dos engenhos: acham aqueles apoio e proteção: trocam estes farinha e agasalho pela partilha nos roubos dos primeiros e em caso de perigo invadem as senzalas.

21 APES, SP¹, pacotilha 705, *Auto de perguntas ao escravo Romão*, 22 mar. 1872; *Auto de perguntas ao escravo Evaristo*, 22 mar. 1872.

Desde que os proprietários situados nos lugares mais percorridos pelos quilombolas exerceram assídua fiscalização na sua escravatura, cortando quando for possível a comunicação protetora que tanto tem embaraçado as diligências, os quilombolas, entregues aos seus próprios recursos, não oporão resistência e estratégia e serão capturados.²²

Mesmo reclamando uma postura mais atenta dos proprietários, era praticamente impossível impedir o contato entre os quilombolas e a escravaria dos engenhos. Naquele ano, a comunidade quilombola dirigida por João Mulungu parecia ser a que administrava a maior e mais diversa rede de sociabilidade então operante no Vale do Cotinguiba. Tratava-se de uma rede ampla porque se estendia, aparentemente, por diversos municípios dessa região, e diversa porque dela estariam participando não apenas os escravizados dos engenhos, mas ainda negros libertos, amásias e amásios dos(das) quilombolas, donos de engenhos, ciganos e, até mesmo, autoridades responsáveis pela ordem pública e privada em Sergipe.

Tudo indica, no entanto, que o maior ponto de apoio desses quilombolas estava centrado nos arredores e no interior do Engenho Limeira, em Divina Pastora. Malgrado não poder precisar se o quilombo que ali existia era anterior a chegada de João Mulungu, pode-se atestar que não demoraria muito para que ele passasse a comandar os escravos fugidos que residiam nessas matas. Isso porque, em uma correspondência datada ainda do ano de 1871, na qual se denunciou a sua existência, mencionou-se apenas o nome desse quilombola, apesar da plena ciência de que outros vinte estariam ali estacionados.²³

Lá, esses quilombolas recebiam apoio dos escravizados do engenho, além de outras pessoas que residiam em Divina Pastora, com as quais costumavam se relacionar mais no período da noite, momento em que negociavam

22 *Jornal do Aracaju*, Aracaju, n. 257, 3 abr. 1872 p. 2.

23 APES, SP¹, pacotilha 178, *Ofício de autoria desconhecida, escrito da Vila de Divina Pastora*, 29 jul. 1871.

mantimentos.²⁴ Indícios apontavam ainda que parte dos soldados que estariam a servir a Guarda-Nacional poderia prestar aviso aos quilombolas do Limeira, motivo pelo qual se descartou o emprego dessa Instituição em um ataque que estava sendo arquitetado contra as suas matas.²⁵

No entanto, as suas alianças não acabavam por aí. No dia 10 de janeiro de 1873, João Batista da Rocha Banha, um dos militares que mais se envolveu com os ataques aos redutos quilombolas do Vale do Cotinguiba, participou o comando da Secretaria de Polícia de Sergipe dizendo:

Incumbido por V. Exa. da delegacia deste Termo com o fim especial de dar caça aos quilombolas que infestam, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. circunstanciadamente os grandes tropeços que tenho encontrado nesta tão difícil quão espinhosa tarefa. Os quilombolas em grande número trazem constantemente os proprietários em sobresalto, e raros são aqueles que não se queixam de furtos cometidos em suas propriedades. Estes quilombolas acham-se acoitados nos matos do Engenho Limeira com pleno conhecimento e pelo menos consentimento do respectivo proprietário Coronel João Maria de Araújo Nabuco, o qual frustra grande parte das diligências que faço.²⁶

Nota-se que o Coronel João Maria de Araújo Nabuco, dono do Engenho Limeira, estaria, ao que parece, consentindo a reunião de quilombolas no interior da sua propriedade e impedindo que eles pudessem ser atacados pelas diligências. Segundo João Batista, obstáculo equivalente era promovido ainda pela pessoa do Juiz Municipal de Divina Pastora, o doutor José Jesuíno, o qual parecia querer impedir que qualquer operação pudesse adentrar as matas do Engenho Limeira.

24 APES, SP¹, pacotilha 178, *Ofício de autoria desconhecida*.

25 APES, SP¹, pacotilha 178, *Ofício de autoria desconhecida*.


26 APES, SP¹, pacotilha 298, *Ofício do delegado de Divina Pastora, alferes João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe*, 10 jan. 1873.

Na Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu o cargo de Juiz de Paz, consta entre as suas atribuições a destruição de quilombos e a adoção de medidas que impedissem a aparição e a reprodução deles. É importante que se diga que mesmo que o Código Criminal do Império, de 1830, e o Código de Processo Criminal, de 1832, não criminalizando, *ipsis litteris*, a prática do aquilombamento, sabia-se que inúmeros crimes poderiam eclodir a partir deles, motivo pelo qual as autoridades públicas, e não apenas do Poder Judiciário, deveriam agir – mesmo sem provocação – de modo a impedir a sua existência. No caso em questão, o combate aos quilombos deveria ser delegado e estendido ainda aos Juizes Municipais, o que demonstra o quanto a postura do magistrado José Jesuíno era contraditória e perigosa.²⁷

Uma extensa nota seria publicada no periódico *A Liberdade* repudiando essa sua conduta. Segundo o *Paciente*, pseudônimo empregado pelo autor da denúncia, João Mulungu estaria não apenas sendo acoitado, mas ainda protegido pelo mencionado Juiz Municipal:

O município de Divina Pastora se acha na posse do salteador João Murungú. E nem se presume há exageração neste dizer, e senão que sejam ouvidos os habitantes deste Município e em especial os desta vila. O quilombola João Murungú acaba de estabelecer sua residência com a terrível quadrilha no seu antigo aposento do Eng. Limeira, após a diligência que em pessoa dirigiu o Snr. Dr. Chefe de Polícia para os lados do Rosário do Catete.

Não tardou em manifestar-se pelos roubos de roupas nas fontes de lavar, pelos furtos de cavalos e bois nos pastos dos engenhos, carneiros, perus e mais criações nos quintais de casas desta vila, e pelas frequentes fugidas dos escravos que são seus seduzidos e escandalosamente engrossam a quadrilha.

27 Brasil, Lei de 15 de outubro de 1827, “Cria em cada uma das freguesias e das capelas curadas um Juiz de Paz e suplente”, art. 5º, §6º. Ver ainda: Larissa Biato de Azevedo, “A ‘destruição’ de um quilombo na Serra do Cubatão (1827-1828)”, *Afro-Ásia*, n. 64 (2021), pp. 220-247 .

O terror, o desanimo, a falta de garantia e de segurança estão na consciência de todos.

Buscam todos um apoio e ninguém o encontra senão nos próprios recursos, os quais, como é de fácil compreender, não podem satisfazer e dar tranquilidade a população culta e muito laboriosa deste Município, assas rico e pela uberdade dos seus terrenos e digno de melhor sorte.

É tal a condição anômala do Município nestes últimos tempos, que parece trazer a reprodução doutras era em que a «Justiça se fazia pelo bacamarte» [Sic.]²⁸

Todo esse estado de desordem pública, de acordo com ele, decorria dos roubos, assaltos e motins que estavam sendo coordenados por João Mulungu, assim como do modo “relaxado” com que o senhor doutor José Jesuíno estaria a agir contra o ponto onde esses quilombolas estariam reunidos.²⁹ Finalizando a sua denúncia, o *Paciente* ameaçou retornar com outras revelações caso não se adotasse nenhuma medida mais premente no sentido do restabelecimento da ordem pública em Divina Pastora, não sem antes indicar ainda que:

Tudo isto desejaríamos não crer, nem sentir, porém a segurança que não temos, a garantia que nos falta, ameaçados como se acham todos deste recôncavo pela ostentosa presença do salteador João Murungú e sua quadrilha, somos compelidos a bradar bem alto e pela imprensa, rogando mesmo a S. Exc. os Snrs. Presidente e Chefe de Polícia que se compadeçam deste Município em tempo e antes que algum crime atroz leve pranto e o luto as famílias inteiras.

Queira de coração o Sr. Juiz Municipal, Dr. Jesuíno José Gomes, compenetrar-se dos seus sagrados deveres e todas as dificuldades desapareceram, João Murungú será preso e sua quadrilha desaparecerá.³⁰

28 *A Liberdade*, Aracaju, ano 1, n. 42, 16 fev. 1874. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.

29 *A Liberdade*, ano 1, n. 42, 16 fev. 1874.

30 *A Liberdade*, ano 1, n. 42, 16 fev. 1874.

Iniciava-se uma série de acusações envolvendo, de um lado, pessoas que se mostravam contrariadas diante das omissões do Juiz Municipal e do dono do Engenho Limeira e, de outro, pessoas que procuravam desmentir as acusações que eram lançadas contra eles. No meio dessas discussões, estava o nome do quilombola João Mulungu. Em uma outra denúncia, publicada pouco depois no mesmo periódico, o *Paciente* recomendou que o doutor José Jesuíno respondesse se era ou não o maior “protetor da quadrilha de quilombolas comandada por João Murungú” [sic].³¹ Inclusive, procurando contrapor as pessoas que diziam não ser verdade que João Mulungu estaria a se acoitar nas matas do Limeira, o *Paciente* realizou os seguintes questionamentos:

e o que prova a vinda de vários chefes de polícia a esse engenho, as buscas feitas pelo Capitão Esteves e pelo Capitão Rocha, os cercos dirigidos pelo Sr. Barão do Aracaju, como delegado, e pelas autoridades de Laranjeiras combinadas com as do Rosário, todos contestes em depor que no Engenho Limeira tem os quilombolas a sede suas operações?

Mas o Sr. Jesuíno reflete que se assim fora já os particulares aí teriam ido extinguir a quadrilha. Triste cortada!

Quais os particulares que dispõe de meios para prender homens armados e dispostos sempre a expor a vida quando as autoridades com toda a sua força não o têm conseguido?³²

Todavia, mesmo diante dessas acusações, o escuso doutor José Jesuíno permaneceria a ocupar a cadeira de Juiz Municipal até o início do ano de 1875, ocasião em que pediu dispensa, *a priori*, por um mês, para cuidar do seu estado de saúde.³³ Na documentação coligida para o desenvolvimento deste estudo, pode-se perceber que o pouso mais

31 *A Liberdade*, ano 1, n. 46, 24 mar. 1874.

32 *A Liberdade*, ano 1, n. 46, 24 mar. 1874, p. 3.


33 *Relatório com que o Exmo. Snr. Dr. Antônio dos Passos Miranda abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1875*, [Aracaju]: Typ. do Jornal do Aracajú, 1875, p. 24.

duradouro de João Mulungu era sim o quilombo situado nas matas do Engenho Limeira, a despeito dele costumar visitar e pernoitar ainda nas matas de outras propriedades.

Não obstante o aumento do número de pesquisas que procuram melhor compreender as relações entre os quilombolas e as pessoas que residiam no entorno dos seus coitos – estudos esses que seriam responsáveis por romper com a visão idílica, isolacionista e alternativa dos quilombos – pode-se indicar que ainda são raros as que se debruçaram, ao menos mais precisamente, sobre o papel, a importância e as motivações dos coiteiros. Em outras palavras, as discussões sobre os coiteiros, personagens que desempenharam um papel de suma importância na manutenção de muitos quilombos, não avançaram nas mesmas proporções que as discussões que procuraram apresentar quilombos distantes do modelo de Palmares. Entre os poucos estudos que se debruçaram, mais especialmente, sobre esse assunto, destaca-se o de João José Reis sobre a instigante e peculiar relação de produção, negociação e uso da mão de obra da população residente no quilombo do Oitizeiro por coiteiros que residiam dentro e no entorno do reduto.³⁴ Mais recentemente, inspirado por esse estudo, o pesquisador Alex Costa procurou ampliar não apenas o nosso olhar para a realidade do Oitizeiro, mas ainda para atuação de coiteiros que estariam a se relacionar com quilombolas dispostos no entorno da Baía de Camamu, principalmente com os residentes no quilombo do Borrachudo.³⁵

Em muitas ocasiões, os produtos plantados e coletados pelos quilombolas abasteciam o mercado da região onde estavam acoitados por meio da ação direta de coiteiros. Todavia, apesar dessa constatação, não se pode indicar que essas pessoas estavam interessadas apenas na atividade

34 João José Reis, “Escravos e coiteiros no quilombo de Oitizeiro, Bahia, 1806” in Reis e Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio*, pp. 332-372.

35 Alex Andrade Costa, “Tramas e contendas. Escravos, forros e livre constituindo economias e forjando liberdades na baía de Camamu, 1800-1850”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016, pp. 178-195 .

econômica desenvolvida no quilombo. Tal como nos ensinou Flávio Gomes, o *campo negro* onde os quilombolas estavam inseridos ia muito além do aspecto econômico, não obstante esse quesito aparecer sempre mais sobressalente na documentação primária produzida no âmbito do poder público repressor. Isso nos permite compreender que “o interesse em destruir alguns quilombos ou mocambos” podia partir muito mais da intenção de romper com as suas cooperações socioeconômicas do que, necessariamente, pelo fato deles reunirem escravos fugidos.³⁶

Tabernas e vendas situadas nos arredores das matas recepcionavam parte dos alimentos coletados, produzidos ou roubados pelos quilombolas. Nesses estabelecimentos, além de encontrar os seus parentes, amásios e amásias, poderiam receber notícias a respeito das atividades policiais em curso. Márcia Amantino e Mano Florentino salientaram que a documentação primária sobre diversas regiões escravistas mais urbanizadas da América Portuguesa “são pródigas em enumerar pequenos estabelecimentos comerciais que serviam de palco de encontros entre mocambeiros e escravos”.³⁷

Sem sombra de dúvidas, a manutenção e o poder de muitas comunidades quilombolas decorria da rede de sociabilidade que elas operavam. No que concerne a João Mulungu, a sua identificação enquanto o mais perigoso quilombola do Vale do Cotinguiba derivaria não apenas dos crimes e delitos que diziam ser ele o autor, mas ainda do poder, da diversidade e, sobretudo, da amplitude da sua rede de cooperação e proteção. Na Tabela 1 a seguir, desenvolvida a partir das correspondências escritas por delegados e outras autoridades policiais lotadas no Vale do Cotinguiba, apresento quais eram os principais pousos usados por João Mulungu durante o período em que ele permaneceu aquilombado:

36 Gomes, *Histórias de quilombolas*, p. 59.

37 Florentino e Amantino, “Uma morfologia dos quilombos nas Américas”, p. 284.

Quadro 1**Locais indicados como esconderijos do quilombola João Mulungu entre os anos de 1871-1875**

| Data | Local | Distrito / Vila |
|---------------|--|--------------------------|
| Julho/1871 | Matas situadas nas imediações dos engenhos Limeira e Quindongá | Divina Pastora |
| Novembro/1871 | Matas do Engenho São José | Rosário do Catete |
| Novembro/1871 | Matas do Engenho Limeira | Divina Pastora |
| Março/1872 | Matas do Engenho Capim Assú | Rosário do Catete |
| Março/1872 | Facão, junto ao Engenho Jurema | Rosário do Catete |
| Março/1872 | Matas do Engenho Salobro | Rosário do Catete |
| Dezembro/1872 | Matas do Engenho Lagoa-Grande | Rosário do Catete |
| Dezembro/1872 | Matas do Engenho Limeira | Divina Pastora |
| Janeiro/1873 | Matas do Engenho Limeira | Divina Pastora |
| Janeiro/1873 | Matas do Engenho Bette | Rosário do Catete |
| Abril/1873 | (Sítio Fava) Várzea da Piranha | Freguesia do Pé do Banco |
| Julho/1873 | (Engenho Itaperoá) Margem do Vaza Barris | Itaporanga |
| Setembro/1873 | Engenhos Limeira, Bette, Quindongá, Brejo e São José | Diversos |
| Janeiro/1874 | Engenho vizinho à vila de Rosário de Catete | n.d. |
| Janeiro/1875 | n.d. | Japarutuba |

Fonte: APES, SP¹, pacotilhas 77, 176, 178, 298, 346, 373, 375, 705.

Nota-se que entre os anos de 1871 e 1873, mesmo se acoitando em outros ranchos, João Mulungu sempre procurava retornar para as imediações do Engenho Limeira. No entanto, muitas outras matas dispostas nas Vilas de Rosário do Catete e Divina Pastora pareciam ser

importantes. Entre essas, se destacariam as situadas nos arredores do Engenho Quindongá, onde estaria residindo a sua mãe, e as matas dos engenhos Capim Assú e Jurema, nas quais, como dito aqui anteriormente, os quilombolas recebiam proteção e alimentos dos escravizados residentes em suas senzalas. Quanto ao quilombo situado nas matas do São José, a rede de apoio se estenderia ainda ao proprietário desse engenho, uma vez que o delegado da Vila de Japaratuba indicou que ele omitiu a presença de quilombolas no interior das suas senzalas durante um cerco policial.³⁸

Em que pese não poder atestar até que ponto essa rede de sociabilidade era amistosa, estável e duradoura, não se pode negar que ela era muito produtiva, e não apenas para João Mulungu. No mais, não demoraria para que a Secretaria de Polícia de Sergipe compreendesse – não sem antes empreender algumas operações desastrosas – que o seu apresamento demandaria mais do que operações e marchas contra as matas.

Em meados da década de 1870, os cercos contra João Mulungu e seus parceiros aumentaram. Muitos suspeitos e ambientes passaram a ser, respectivamente, interrogados e apurados. Novas oitivas dirigidas pelos delegados municipais em quilombolas recém-capturados revelariam que João Mulungu costumava dormir “na roça da casa” de um senhor chamado Lacerda, morador na Missão de Japaratuba, onde ele ainda depositava seu “armamento”. Também se descobriria que ele costumava dormir “na senzala da sua mãe” e “na de uma irmã”.³⁹ Tais suspeitas seriam pouco depois robustecidas com a captura do quilombola José Maruim, o qual residira com João Mulungu em um dos mocambos instalados nas matas do São José. Segundo ele, as propriedades mais visitadas por esse

38 APES, SP¹, pacotilha 301, *Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral*, 5 out. 1871; pacotilha 176, *Auto de perguntas feitas à escrava Limôa*, 9 nov. 1871.

39 APES, SP¹, pacotilha 346, *Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha*, 29 jun. 1875.

quilombola eram os engenhos Piedade, Limeira e Batinga, uma vez que neles se encontravam os seus “parentes”.⁴⁰

Esses depoimentos robustecem o ideal de que a escolha dos pousos de João Mulungu estava diretamente relacionada à possibilidade de manter contato e, conseqüentemente, receber o apoio dos seus parentes. Mais do que isso, eles revelam que o aquilombamento poderia propiciar o (re)estabelecimento de contatos com núcleos parentais separados e distanciados pela escravidão, mesmo quando parte deles permanecia no cativeiro.

Em meados de 1873, suspeitas indicavam que João Mulungu estaria escondido nas margens do rio Vaza-Barris, mais precisamente nas imediações da Vila de Itaporanga, situada mais ao sul de Sergipe Del Rey. Logo depois, o então Tenente João Batista da Rocha Banha revelou que esse quilombola estaria sim pelas margens do Vaza-Barris, porém, próximo da Vila de Itabaiana:

Quanto a viagem que fizeram aqueles escravos para Itabaiana é verdade [...], porém chegando lá os ditos escravos não acharam cômodo e regressaram logo para os matos do engenho Areia Branca, termo de Divina Pastora, e dali resolveram-se a fazerem residência na margem do rio Vaza-Barris, no lugar denominado Aldeias, conforme tudo declarou-me o último quilombola por mim preso em Divina Pastora.⁴¹

No ano seguinte, uma outra denúncia, dessa vez de autoria do senhor Ignácio Pascoal Santos, o qual assumira recentemente a suplência do delegado de Rosário de Catete, revelou que estava prestes a contratar dois espias para indicar o real paradeiro de João Mulungu e Bacurau.⁴²

40 APES, SP¹, pacotilha 298, *Interrogatório feito delegado de polícia ao escravo José Maruim*, em 25 de março de 1873. Documento anexado ao ofício do delegado de polícia de Divina Pastora, tenente Jeremias Roberto de Carvalho, para o chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior.

41 APES, SP¹, pacotilha 393, *Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior*, 7 ago. 1873.

42 APES, SP¹, pacotilha 373, *Ofício do 1º suplente do delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão*, 10 jan. 1874.

O quilombola apelidado de Bacurau era, na verdade, o escravizado de nome Maximiano, de propriedade de uma senhora moradora na Missão da Japarutuba, o qual seria capturado somente em meados de 1875.⁴³

Levado imediatamente até a pessoa do então delegado da Vila de Capela para responder a um auto de inquérito, o depoimento de Bacurau nos permite melhor compreender o mercado clandestino dos quais os quilombolas eram agentes ativos. Isso porque ele não apenas indicou que, em parceria com João Mulungu, acabou roubando alguns animais, mas ainda que parte desses roubos eram praticados mediante os pedidos de outras pessoas, as quais os remuneravam após o recebimento da encomenda; em uma das ocasiões, Bacurau indicou que recebeu a quantia de vinte mil réis por cada um dos quatro animais roubados.⁴⁴

Logo depois de prestar esse depoimento, Bacurau seguiu preso para Aracaju.⁴⁵ Levando em consideração que eles eram antigos parceiros e que ambos se acoitaram em muitos ranchos dispostos pelas matas do Vale do Cotinguiba, pode-se supor que a captura de Bacurau minou parte da rede de apoio e, por isso, das estratégias empregadas por João Mulungu. Nota-se, na verdade, que não apenas a captura de Bacurau, mas as de muitos outros parceiros que outrora residiram com ele nos ranchos do Limeira, São José, Capim-Assú, entre outros, estavam deixando João Mulungu mais suscetível de ser encontrado pelas operações policiais, ainda mais por que essas estavam sendo agora comandadas pelo experiente Capitão João Batista da Rocha Banha, o qual revelara que nenhuma outra pessoa ansiava mais “capturar o quilombola João Mulungu” que ele próprio.⁴⁶

43 APES, SP¹, pacotilha 346, *Ofício do delegado de Japarutuba, Manoel Ferreira Passos de Faro, ao chefe de polícia da província de Sergipe*, 16 jan. 1875.

44 APES, SP¹, pacotilha 346, *Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha*, 29 jun. 1875.

45 Neste sentido, ver: APES, SP¹, pacotilha 346, *Ofício do delegado em exercício de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles*, 1 jul. 1875; *Ofício do comandante do quartel de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles*, 11 jul. 1875.

46 APES, SP¹, pacotilha 393, *Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espinola Júnior*, 4 set. 1873.

O cerco

No dia 13 de janeiro de 1876, o Capitão João Batista voltaria a indicar que os principais responsáveis pelos crimes de assalto e roubo ocorridos no Vale do Cotinguiba eram João Mulungu e o seu “[novo] imediato”, o quilombola Manoel Jurema, os quais, de acordo com ele, estariam prestes a atacar e invadir a Vila de Divina Pastora com quase duas dezenas de escravizados.⁴⁷ No dia seguinte, em nova participação ao Chefe de Polícia de Sergipe, ele indicou que os redutos quilombolas poderiam ser:

abatidos com um pequeno esforço da Polícia; para que me ofereço abatê-los e extingui-los em poucos meses.

Com alguma experiência que adquiri na captura de cinquenta e três desses piratas posso informar a V. Sa. com os pequenos planos que der, que é facilimo a captura daquele chefe e seus companheiros. Tenho muito prazer em prestar este pequeno serviço a minha província e a V. Sa. que tanto tem se esforçado para a moralidade dela.⁴⁸

Nesse mesmo dia, ao que parece, ele recebeu permissão para marchar na direção da Vila de Divina Pastora, onde aportaria, com mais dez praças, somente no dia seguinte. Lá, eles acabaram sendo recebidos pelo Alferes Marcolino de Souza Franco, pelo novo Juiz Municipal e por alguns soldados. Na noite do dia 15 de janeiro de 1876, deu-se início às inspeções. O primeiro ponto a ser alcançado pelos soldados seria as matas do Engenho Maria Teles, em Maruim. Todavia, como não encontraram o quilombola procurado, eles optaram por retornar para o ponto de partida da marcha, não sem antes deixar alguns soldados atocaiados nas imediações do riacho

47 APES, SP¹, pacotilha 393, *Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha*.

48 APES, Governo - Correspondência Recebida - sobre escravos (AG¹), pacotilha 4, 14 jan. 1876, documento 6, *apud* Jucilene Pereira dos Santos, “Delitos de escravos em Divina Pastora (1860-1888)”, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998, p. 61. O documento mencionado não consta mais arquivado no fundo e na pacotilha indicados pela autora.

Maniçoba. Enquanto retornavam para Divina Pastora, eles inspecionaram, ainda, as matas do sítio Limoeiro, pois uma denúncia indicou que “o chefe dos quilombolas e seus companheiros” estariam acoitados por aquelas paragens. Mais uma vez ninguém seria encontrado.

No dia seguinte, os soldados inspecionaram as matas dos engenhos Jurema e Capim Assú, onde suas entradas seriam obstaculizadas – porém sem sucesso – pelos escravizados das senzalas. Mesmo essas matas servindo anteriormente como pouso de João Mulungu, não se pôde precisar se ele estaria ali.⁴⁹ Já era o quarto dia consecutivo de operação quando os soldados decidiram regressar, outra vez, para a Vila de Divina Pastora. No retorno, prestaram apoio ao destacamento de Maruim, o qual estava inspecionando as matas do Engenho Periperi. Nesse mesmo dia, uma escravizada de nome Maria Angélica seria capturada “nos matos do Engenho Maria Teles”. Tratava-se de uma amásia de João Mulungu, com quem ele estaria pouco antes dela ser presa.⁵⁰

Muito provavelmente, o Capitão João Batista e os demais membros da marcha não souberam, ao menos de imediato, dessa captura, motivo pelo qual decidiram continuar na direção de Divina Pastora. Todavia, enquanto seguiam pela estrada, eles acabaram sendo alcançados por um escravizado de nome Seberino, o qual portava uma carta-denúncia que indicava se encontrar escondido “nas senzalas” do Engenho Flor da Roda o quilombola João Mulungu.⁵¹ Tão logo receberam essa notícia, eles iniciaram uma marcha em sua direção, não sem antes parar no Engenho Velho Tanque de Moura, onde aguardariam indicações mais precisas.

49 APES, Câmara Municipal: correspondências expedidas e recebidas, atos, pareceres, ofícios e atas (CM³), pacotilha 39, *Ofício do capitão comandante da diligência João Batista Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Vicente de Paula Cascaes Telles*, 21 jan. 1876, p. 2.

50 APES, SP¹, pacotilha 728, *Ofício do delegado de Maruim, Manoel Cardoso, ao chefe de polícia da província de Sergipe*, 20 jan. 1876.

51 APES, CM³, pacotilha 39, *Ofício do capitão comandante da diligência João Batista Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Vicente de Paula Cascaes Telles*, 21 jan. 1876, pp. 2-3.

Tempo depois, o soldado José Francisco da Rocha recebeu a notícia de que o quilombola procurado não se encontrava mais na propriedade, mas que o seu retorno era presumido para o meio-dia.⁵² Era o período que o Capitão João Batista precisava para apresentar o seu plano; seis soldados deveriam avançar pela esquerda, outros nove pela retaguarda e os demais pela dianteira. Mais dois praças deveriam montar os animais que estavam na posse do Juiz Municipal e do Alferes Marcolino, uma vez que se acreditava que o quilombola poderia adentrar na mata assim que avistasse os soldados. O sol estava a pino quando chegou a notícia de que João Mulungu e um outro quilombola estariam repousando próximo a uma plantação de bananas dentro do Engenho Flor do Roda. Era o momento de agir! Vejamos como o próprio Capitão João Batista narrou esse momento:

Logo que os dois quilombolas sentiram a primeira opressão, um entregou-se e o João deslizando-se das mãos de três soldados e evadiu-se a toda carreira deixando as armas composta de uma pistola de alcance carregada e um facão grande de ponta; não perdi tempo em persegui-lo com as praças montadas que a distância de duzentos passos mais ou menos foi arrojado ao chão com um pequeno golpe na cabeça.⁵³

Nota-se que João Mulungu – ao contrário do seu comparsa – ainda procurou impor alguma resistência, mas acabou sendo alcançado e lançado ao chão após receber uma pancada na cabeça. Na ilustração a seguir, elaborada a partir de uma intervenção minha no mapa do engenheiro João Bloem, datado de 1844, pode-se obter uma ideia não apenas do espaço percorrido pelos soldados que empreenderam a captura de João Mulungu, mas ainda onde estavam dispostos parte dos coitos desse quilombola.

52 APES, CM³, pacotilha 39, *Ofício do capitão comandante da diligência*, p. 3.

53 APES, CM³, pacotilha 39, *Ofício do capitão comandante da diligência*, pp. 4-5.

Tudo indica que os cercos promovidos, concomitantemente, pelo Capitão João Batista da Rocha Banha e por algumas delegacias do Vale do Cotinguiba deixaram João Mulungu mais suscetível de ser capturado, uma vez que, naquele momento, a sua rede de cooperação parecia ser menor. O próprio Engenho Flor da Roda, onde se deu a sua apreensão, se constituiu, ao que parece, em um dos poucos pontos de apoio acionado ou encontrado durante o cerco. Nos poucos dias em que permaneceu acoitado nas imediações do Flor da Roda, João Mulungu receberia porções de farinha de mandioca dos escravizados dessa propriedade. Em troca, ele os entregava caranguejos coletados nos manguezais e nas encostas dos rios da região.⁵⁵ Mesmo o encontro entre eles ocorrendo mais no período da noite, essa relação não escapou, como vimos, aos olhos ou aos ouvidos do proprietário do Engenho Flor da Roda.

Logo depois da sua captura, João Mulungu seria conduzido até o consistório da Igreja Matriz da Vila de Divina Pastora, onde responderia a um auto de perguntas dirigido pelo então Juiz Municipal, o doutor Marcos Manoel Cardoso Vieira. Nessa ocasião, ele revelou estar entre vinte e cinco e trinta anos de idade e não deter qualquer ocupação, uma vez que se achava “no mato [por] mais de oito anos”.⁵⁶

Mencionou, ainda, que o dono do Engenho Mulungu, o senhor João Pinheiro de Mendonça, o obrigava a realizar serviços “superiores às suas forças”, chegando até mesmo a castigá-lo “por duas vezes” e sem qualquer “razão”; ambas, segundo ele, com muito “vigor”.⁵⁷ Tais castigos concorreram para que ele escapasse do Mulungu em duas ocasiões, pois pretendia mudar de senhor. Não obtendo qualquer sorte nesse sentido, ele seria obrigado, pouco depois, a retornar. Todavia, não demoraria a escapar novamente, visto que não mais podia suportar a maneira pela qual o “seu senhor o tratava”: “surrando-o”, prendendo ao seu pé “uma corrente” e obrigando-o a realizar “pesados serviços”, por exemplo, o de atear “fogo na fomalha”.⁵⁸

55 APES, SP¹, pacotilha 397, *Auto de perguntas feitas ao escravo Ilário, de Manoel Raimundo, proprietário do engenho Sítio Novo, do termo de Rosário*, 26 jan. 1876.

56 APES, SP¹, pacotilha 397, *Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu*, 21 jan. 1876.

57 APES, SP¹, pacotilha 397, *Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu*, 23 jan. 1876.

58 APES, SP¹, pacotilha 397, *Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu*.

João Mulungu não retornaria mais. Logo ele ergueria um rancho nas matas do Engenho Boa Vista, do Termo de Capela, onde permaneceu por dois meses, passando depois para as matas do Engenho Sobrinho. Não se pode precisar o período em que ele e seus parceiros permaneceram escondidos por essas matas. Tão somente se pode indicar que ele migrou depois para “matas do Engenho Batinga”, indo, posteriormente, “para as matas do Engenho Limeira”, em Divina Pastora.⁵⁹

Finalizado esse auto, João Mulungu e o outro quilombola seguiram presos para Aracaju, onde aportaram ao anoitecer do dia 22 de janeiro de 1876.⁶⁰ Vicente de Paula Cascaes Telles, autoridade que estava, nesse momento, a ocupar o comando da Secretaria de Polícia de Sergipe, revelaria que:

por toda parte em que a intrépida escolta passava com o referido escravo, era vitoriada pelo povo em massa que manifestava ainda francamente o seu agradecimento ao dr. juiz municipal de Divina Pastora, ao capitão João Batista da Rocha e ao alferes Marcolino, os quais acompanharam aquele malfeitor até a capital onde tem sido ele objeto de curiosidade.⁶¹

Tamanho era o entusiasmo dessa autoridade que ele indicou, pouco depois, encontrar-se convencido de que estavam “extintos os quilombos” de Sergipe Del Rey, visto que estava preso o “mais forte elemento de resistência, o calhambola João Mulungu, de quem geralmente mais se receava e todos diziam ser o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos”.⁶² Quatro dias após a sua apreensão, João Mulungu seria submetido a um

59 APES, SP¹, pacotilha 397, *Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu*.

60 APES, SP¹, pacotilha 636, *Ofício de nº11*, 22 jan. 1876.

61 APES, SP¹, pacotilha 636, *Ofício de nº11*. Na documentação produzida sobre os quilombos de Sergipe da segunda metade do século XIX, a palavra calhambola aparece como sinônimo de quilombola, ou seja, como indicativo de um escravo fugido que estaria a residir com outros de mesma condição em um quilombo situado no interior das matas.

62 Ofício do chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, ao então 1º vice-presidente da dita província, doutor Cypriano d’Almeida Sebrão, p. 12. Documento anexo ao: *Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d’Araujo Pinho, abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1876*.

outro auto de interrogatório, dessa vez conduzido pelo próprio Chefe de Polícia de Sergipe. Nesse novo depoimento, assim como no anterior, Mulungu revelou os nomes de muitos dos seus parceiros nos quilombos. Quando comparamos os nomes dos quilombolas mencionados nos seus dois depoimentos com os arrolados em outros documentos produzidos pela Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey, pode-se atestar que dois quilombolas se encontravam mortos quando se deu a sua apreensão, enquanto que, ao menos, outros seis não mais se encontravam pelas matas.⁶³ Todavia, saliento que esse número poderia ser ainda maior, uma vez que João Mulungu indicou que “quase todos” acabaram sendo capturados e “entregues” de volta aos “seus senhores”.⁶⁴

Uma vez preso, João Mulungu não demorou a ser pronunciado. Logo duas cópias dos seus interrogatórios alcançariam a promotoria das Vilas de Capela e Rosário do Catete, onde esperavam que ele pudesse responder, respectivamente, pelo “crime de tentativa de morte perpetrada contra os escravos do proprietário do engenho Junco” e por um “crime de roubo” cometido em associação com outros quilombolas.⁶⁵ Em Capela, pouco depois, ele passaria a responder por outra “tentativa de morte”, dessa vez contra a pessoa do [próprio] Ten. Manoel de Oliveira Matos, proprietário do engenho mencionado acima.⁶⁶ Já, na Vila de Divina Pastora, um outro processo de roubo seria instaurado contra ele; atendeu-se a um pedido do senhor Luiz Barbosa Madureira Mainart, o qual indicou ter sido surpreendido e atacado na

63 Os dados sobre a morte dos dois escravizados constam em um documento de autoria do Tenente João Batista da Rocha Banha, datado do ano de 1873. APES, SP¹, pacotilha 393, *Ofício do tenente João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, senhor doutor José Espinola Júnior*, 5 set. 1873; quanto à captura de uma outra escravizada, de nome Luíza, ver: APES, Segurança Pública - Autos de Perguntas (SP³), pacotilha 13, *Livro de termos de fianças, identidade e outros*.

64 APES, SP¹, pacotilha 397, *Auto de perguntas feitas ao escravo João de João Pinheiro, proprietário do Engenho Mulungu*, em 23 de janeiro de 1876.

65 APES, SP¹, pacotilha 585, *Ofício de nº 13, dirigido ao promotor público da Vila de Capela*, 26 jan. 1876; *Ofício dirigido ao promotor público da Vila de Rosário*, 26 jan. 1876.

66 APES, SP¹, pacotilha 728, *Ofício do delegado de Capela Deocrécio de Carvalho Andrade ao chefe de polícia de Sergipe*, 27 jan. 1876.

estrada que liga a cidade de Maruim até a sua residência, no Engenho Mata, por sete quilombolas. Entre eles, estaria João Mulungu.⁶⁷

Nos meses que se seguiram à sua captura, João Mulungu retornaria para alguns municípios do Vale do Cotinguiba, porém agora para responder pelos crimes que diziam ser ele o mentor, autor ou partícipe.⁶⁸ Tão somente considerando os processos e as correspondências que encontrei e que mencionam as penas que seriam impostas ao quilombola João Mulungu, pode-se indicar que ele deveria ser preso pelo espaço de um ano, dedicando-se a cumprir os serviços destinados aos galés.⁶⁹ Também deveria, por esse mesmo período, portar uma gargalheira presa ao seu pescoço, além de receber pouco mais de oitocentos açoites em seu corpo.⁷⁰ Tratava-se, certamente, de uma pena dura, mas que poderia ser ainda mais danosa para

67 APES, CM³, pacotilha 39, *Ofício do Juiz Municipal de Divina Pastora, Manoel Cardoso Vieira de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles*, 4 fev. 1876; AGJES, Maruim, 1^o Ofício, Penal, caixa 884.

68 APES, SP¹, pacotilha 585, *Ofício de n^o 13, dirigido ao promotor público da Vila de Capela*, 26 jan. 1876; *Ofício dirigido ao promotor público da Vila de Rosário*, 26 jan. 1876; pacotilha: 728, *Ofício do delegado de Capela Deocrécio de Carvalho Andrade ao chefe de polícia de Sergipe*, 27 jan. 1876; CM³, pacotilha 39, *Ofício do Juiz Municipal de Divina Pastora, Manoel Cardoso Vieira de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles*, 4 fev. 1876; pacotilha 38, *Ofício do Juiz Municipal de Rosário do Catete, Joaquim José Gomes, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles*, 7 fev. 1876; AGJES, Maruim, 1^o ofício, cx. 884, *Sumário de culpa dos escravos João Mulungu, Quirino, Manoel, Malaquias, Cassiano, Pedro e Manoel Jurema*; APES, SP¹, pacotilha 636, *Ofício n^o 27, remetido ao vice-presidente da província de Sergipe*, 16 fev. 1876; pacotilha 585, *Ofício de n^o 22, remetido ao juiz municipal de Rosário*, 16 fev. 1876; pacotilha 636, *Ofício n^o 70*, 27 mar. 1876; pacotilha 585, *Ofício N^o 64, dirigido ao Juiz Municipal de Rosário*, n^o 64, 24 mar. 1876.

69 Segundo o Art. 44 do Código Criminal do Império do Brasil de 1830, “a pena de galés sujeitará os réus a andarem com calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregar-se nos trabalhos públicos da Província, onde tiver sido cometido o delito, a disposição do Governo”.

70 Quanto à gargalheira, ela era um instrumento produzido a partir do ferro, fixado ao corpo do escravizado através de uma gargantilha ou coleira presa ao seu pescoço, de onde brotavam – nas direções vertical e horizontal – uma, duas ou mais hastes pontiagudas. Tratava-se de um instrumento punitivo aplicado, comumente, aos escravos que possuíam o “costume” de fugir. Tinha, por isso, além do propósito de identificá-los mais facilmente, impedir que eles pudessem se locomover mais rapidamente em ambientes naturais densos, como as matas.

ele, uma vez que não pude atestar quais as penas que, muito provavelmente, acabaram sendo cominadas pelos Juízos de Maruim e de Divina Pastora.

No que concerne a essas penas, o senhor Leandro de Siqueira Maciel publicou, em meados do ano de 1876, uma nota no *Jornal do Aracaju* onde indicou, entre outras coisas, que o Juiz de Direito da Vila de Japarutuba acabou condenando João Mulungu a uma pena maior da então prevista no Código Criminal do Império; o peso na dosimetria seria o “ódio” nutrido por esse quilombola.⁷¹ Em que pese não poder precisar como se deu o rito de cumprimento das suas penas, ao considerar o que estava disciplinado no mencionado Código, pode-se indicar que elas deveriam se estender por mais de um ano, devendo serem cumpridas e aplicadas sequencialmente. O mesmo deveria ocorrer em relação as penas corporais – aos açoites –, principiando-se elas, no entanto, pelas maiores.⁷²

Em agosto de 1876, o comando da Secretaria de Polícia de Sergipe mostrava-se em articulação para reconduzir João Mulungu para Aracaju.⁷³ Em 1º de setembro de 1876, uma correspondência do Juiz Municipal de Capela registrou que esse quilombola se encontrava, naquele momento, sendo remetido com uma escolta para Aracaju, onde iria continuar a cumprir as suas penas. Trata-se do último documento primário em que pude encontrar menção ao nome de João Mulungu.⁷⁴ Haviam-se passado nove meses desde a sua captura nas imediações do Engenho Flor da Roda.

71 *Jornal do Aracaju*, ano VIII, n. 705, 14 jun. 1876, p. 4. Publicação a pedido. Resposta dada pelo Bacharel Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel na qualidade de presidente da Junta Parochial do Recrutamento da Vila do Rosário do Catete ao Dr. Antônio Ferreira França, Juiz de Direito da Comarca de Japarutuba, pelo imaginário crime de responsabilidade que lhe era instaurado ex-officio.

72 No art. 60 do Código Criminal do Império do Brasil de 1830 existe a indicação de que “se o réu for escravo, e incorrer em pena que não seja a capital ou a de galés, será condenado na de açoites, e, depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o Juiz designar”. Há ainda, nesse mesmo Código, a indicação de que o número de açoites deve ser fixado no ato da sentença, não devendo o escravo levar mais de cinquenta por dia.

73 APES, CM³, pacotilha 38, *Ofício do Juiz Municipal de Capela*, 22 ago. 1876; pacotilha 585, *Ofício ao Juiz Municipal de Capela*, n. 200, 24 ago. 1876.

74 APES, CM³, pacotilha 38, *Ofício do juiz municipal da Vila de Capela ao chefe de polícia de Sergipe*, 1º set. 1876.

Teria ele retornado ao Engenho Mulungu, após cumprir a integralidade das suas penas? Teria o seu proprietário, o senhor João Pinheiro de Mendonça, negociado e remetido João Mulungu para o sul do Império, seguindo o escravo, assim, o mesmo destino de Venceslau, Maximiano e Manoel Jurema, seus antigos parceiros de rancho?⁷⁵ Não se sabe!

Há quem diga que ele morrerá assassinado pouco depois de ser capturado e preso. Todavia, não existe qualquer evidência material que possa precisar que isso realmente aconteceu.⁷⁶ Malgrado não poder indicar o destino alcançado ou suportado por João Mulungu após o mês de setembro daquele ano, essa imprecisão, distintamente do que possa se pensar, preserva pouca ou nenhuma relação com as polêmicas que irão pairar sobre seu nome após a década de 1980, momento em que se desenvolverá uma política de revalorização da sua memória, como apontou o estudo de Petrônio Domingues.⁷⁷ No meu entender, não apenas as polêmicas, mas ainda os mitos, os poemas e as canções que irão aparecer a partir dessa data, são, na verdade, legítimas reinterpretações do comportamento de João Mulungu durante os oito anos em que ele permaneceu aquilombado pelas matas do Vale do Cotinguiba, período esse que – diga-se de passagem – se encontra plenamente documentado, como se procurou apontar aqui neste artigo.


Recebido em 13 set. 2021

Aprovado em 23 mar. 2022

doi: 10.9771/aa.v0i66.46359



75 Oliveira, “Por não querer servir ao seu senhor”.

76 Em 19 de janeiro de 2012, ou seja, no dia estadual de denúncia contra o racismo e em alusão ao 136º ano da captura de João Mulungu, o site da Fundação Palmares, órgão então vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, exibiu uma matéria onde indicou, entre outras coisas, que o dito quilombola acabou sendo assassinado. Neste sentido, ver: “Sergipe relembra trajetória do líder João Mulungu”, *Fundação Cultural Palmares* .

77 Domingues, “João Mulungu”, p. 215.

No início da década de 1870, parte das ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Polícia de Sergipe mirou, mais especialmente, a comunidade quilombola comandada por João Mulungu. Este artigo, ao se debruçar sobre os documentos produzidos no curso dessas atividades repressoras, procura mapear a trajetória desse quilombola pelas matas do Vale do Cotinguiba. Não se pretende aqui, no entanto, particularizar a sua luta, mas sim indicar o quanto as suas estratégias de sobrevivência e de manutenção da liberdade estavam conectadas aos anseios e às experiências vivenciadas por outros indivíduos, estivessem eles na condição de quilombola ou não. Isso, ao contrário do que se possa pensar, não retira o protagonismo de João Mulungu, ainda mais quando se percebe que a sua participação seria decisiva para que algumas redes de apoio e cumplicidade que pairavam as comunidades quilombolas se mantivessem ativas.

João Mulungu | Quilombos volantes | Cooperação | Vale do Cotinguiba | Sergipe

***JOÃO MULUNGU, “THE BOLDEST, KING OF THE FUGITIVE SLAVES”
IN SERGIPE DEL REY***

In the early 1870s, the Sergipe Police Department conducted a number of operations that specifically targeted a quilombo [maroon] community led by João Mulungu. This paper utilizes documents produced during these repressive activities in charting the trajectory of this quilombo leader in the Cotinguiba Valley wilderness. Rather than highlighting the unique aspects of his struggle, to the paper shows how his strategies for survival and maintaining his freedom were connected to the aspirations and experiences of other individuals, fugitives or not. This approach does not detract from João Mulungu’s importance as a leader, especially since he had a decisive role in actively supporting networks of solidarity among maroon communities in the region.

João Mulungu | Migratory Quilombos | Cooperation | Cotinguiba Valley | Sergipe